



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 21/2015

----- Aos treze dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 19/2015 referente à reunião ordinária de 9 de outubro. -----

----- Aprovada a ata n.º 19/2015 por unanimidade dos presentes. com direito de voto (6 votos a favor), não participando na votação, por não ter estado presente na reunião em causa, o Vereador João António Lopes Candoso. -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: noventa e nove mil, cento e setenta e um euros e três cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro euros e quarenta e seis cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **CIMLT – FORMA GESTORES MUNICIPAIS DE ENERGIA;** -----

----- **VISITAS AGENDADAS PARA AS SALINAS – DIAS 7 E 8 DE NOVEMBRO;**-----

----- **ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;**-----

----- **ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 3º TRIMESTRE DE 2015;**-----

----- **RELATÓRIO TRIMESTRAL DO PAEL**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. Questionou ainda, antes da intervenção dos membros do executivo, se haveria algum constrangimento na alteração da última reunião do mês de novembro para o dia vinte e três de novembro, pelas quinze horas, com a qual todos concordaram. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo que terminara um ciclo no passado dia dez de novembro e que correspondeu ao derrube de um Governo democraticamente eleito e que não conseguiu encontrar na casa da democracia uma correlação de forças que lhe fosse favorável. Tinham maioria relativa com 38% enquanto os outros partidos tinham 62%, pelo que esperava que fosse o início de um novo ciclo e que corresponda a uma melhor qualidade de vida dos portugueses. Não entendia que esta solução fosse uma varinha mágica para resolver, de uma penada, a situação difícil que o País atravessa, pois há situações que ficam para a história como um ciclo terrível para os portugueses no que respeita ao desemprego, falências, emigração, esperando que o governo minoritário do PS possa contar, no âmbito da legislatura, com apoios para concretizar uma legislatura de apoio ao Poder Local, com a revogação da Lei dos Compromissos, no respeito pela sua autonomia administrativa e financeira, esperando que todos aceitem a derrota e a nova correlação de forças. -----

----- Seguidamente falou mais uma vez das questões da Saúde, congratulando-se com o esforço desenvolvido para a colocação das duas médicas, com incentivos para a sua fixação, apesar de ser uma do Ministério da Saúde. Lembrou que continua a haver mais de sete mil e quinhentos utentes do Centro de Saúde sem médico de família, referindo ainda que não sendo responsabilidade da autarquia, torna-se imperioso pressionar e reivindicar que todos os riomaiorenses tenham médico de família, tanto mais que constava do programa do governo e também do PS. Disse mais uma vez que nenhuma das extensões de saúde do concelho estão a funcionar em pleno.-----

----- Seguidamente reportou-se ao estudo para as Marinhas do Sal, no valor de trinta e sete mil euros, opinando que este estudo, provavelmente, poderia ter sido feito pelos técnicos da Câmara Municipal, pois o mesmo arrasta-se há dez anos, questionando para que serviu o estudo anterior.-----

----- Questionou também o motivo do agravamento da situação financeira apresentado no PAEL, nomeadamente a baixa nas receitas, no 2º trimestre, considerando que a Câmara está a ser vítima da política nacional, pois fez cair, por

dilatação do prazo, o início do pagamento dos empréstimos, sendo mais de cento e cinquenta mil euros por mês. Questionou também se a Câmara está a pagar mais duzentos e vinte mil euros de custos com a dívida e respetiva amortização.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por solicitar mais informação sobre o estudo das Salinas, questionando o que estava contemplado no mesmo e se previa a possibilidade da deslocalização do acesso principal das Salinas, assim como um outro conjunto de iniciativas que iriam valorizar aquele espaço.-----

----- Sobre as visitas agendadas para as Salinas, opinou que um dos principais indicadores da economia do Turismo são as dormidas, sendo muito importante fomentar a estadia média de todos os que as visitam, questionando a propósito, o ponto da situação dos investimentos turísticos das Salinas, nomeadamente, quanto à instalação da unidade hoteleira, de que tanto se falou.-----

----- Seguidamente reportou-se às comemorações do feriado “6 de Novembro”, congratulando-se com o conjunto de iniciativas realizadas, pois trata-se de um dia de união entre todos os riomaiorenses e de valorização do passado, devendo também ser um dia de projeção para o futuro, pois fazem-se as homenagens, com o descerrar de placas e bustos, valorizando o trabalho desenvolvido por pessoas individuais e coletivas que se destacaram no desenvolvimento do município de Rio Maior. Opinou que o “6 de Novembro”, futuramente, deverá ser um dia para refletir, juntando os riomaiorenses que vivem por todo o País e pelo mundo e fazer deste dia, o dia dos riomaiorenses, unindo essas pessoas num conjunto de iniciativas que poderão ser interessantes para o desenvolvimento de Rio Maior.-----

----- Ainda no uso da palavra recordou as palavras da Senhora Presidente, de que era função da Câmara “zelar e tratar da memória coletiva e do património imaterial do concelho”, com o que concordava, no entanto na sua opinião uma placa ou um busto por si só, não eram suficientes, sendo necessário escrever, estando a faltar em Rio Maior esse trabalho de edição e informação histórica sobre as pessoas individuais e coletivas que se destacaram, pois não há em Rio Maior uma história económica e social escrita. Não há escritos sobre as empresas riomaiorenses que ao longo da história se afirmaram, apenas que alguns escritos no tempo do Fernando Duarte. Saliu ser de extrema importância haver um trabalho editorial que retrate o percurso das empresas, associações, organizações, clubes desportivos e que esta informação fique disponível para todos, onde quer que estejam, incluindo as escolas, evitando assim que apenas alguns saibam, quem foi Fernando Casimiro Pereira da Silva ou Silvino Sequeira e o trabalho que realizaram em prol do desenvolvimento

comunitário.-----

----- Terminou a intervenção questionando a Senhora Vereadora da Cultura se a história do desporto em Rio Maior vai passar a livro.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por questionar quem vai ser o gestor municipal de energia .-----

----- Seguidamente manifestou alguma preocupação sobre o relatório trimestral do PAEL, considerando que defendera sempre que a Câmara fosse adiando as medidas penalizadoras impostas pelo mesmo, nomeadamente no que respeitava ao aumento de taxas e tarifas, no entanto verifica-se que resultante de toda a situação da economia nacional, que se reflete na economia concelhia, com exceção para o IMI, as receitas tendem a descer, o que se reflete nas contas autárquicas. Opinou que devia ser ponderado, conjuntamente, quais as estratégias a implementar no sentido de tornar mais eficiente e mais equilibradas as finanças municipais. Disse ainda que estaria disponível para esse trabalho, sempre que a maioria o entender, pois gostariam de ser parte ativa na procura de soluções.-----

----- Sobre o “6 de Novembro” felicitou a Senhora Presidente da Câmara pela dignidade e elevação como decorreram as cerimónias do feriado municipal, cumprindo no essencial os objetivos para que foi criado, ou seja o reconhecimento e a unidade dos riomaiorenses, o que aconteceu relativamente aos empresários, Sérgio e José Luís Soveral, assim como no Parque Desportivo Municipal. Agradeceu à Senhora Presidente por ter honrado o compromisso que assumira, de que seria este no ano que se faria a homenagem a Silvino Sequeira e ainda a Fernando Casimiro Pereira da Silva, que na sua opinião, pecava por tardia.-----

----- Em relação ao futuro subscreveu o que foi dito pelo Vereador Daniel Pinto e que se faça de Rio Maior, durante as comemorações do “6 de novembro”, um ponto de encontro de gente que está espalhada pelo País e eventualmente pelo estrangeiro, e que possam dar também o seu contributo na perspetiva de melhorar a vida concelhia, opinando que o feriado “6 de novembro” teria um avanço significativo se se conseguisse dar esse passo.-----

----- Por último reportou-se ao momento político nacional que se viveu desejou que a solução encontrada seja mais que a soma das partes, esperando que a lealdade e o respeito imperem na defesa dos superiores interesses dos cidadãos, e no futuro far-se-á o balanço. Disse ainda esperar que a ansia de poder pare e que se pense no País, se pense nas empresas e também em tanto sacrifício que os portugueses têm feito, que deve ser aliviado, mas que não se pode de forma alguma desperdiçar.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA ANTUNES FIGUEIREDO E SILVA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento que pelo segundo ano consecutivo a Casa d'El Rei D. Miguel proporcionou duas noites de “arrepios”, frisando o empenho e dedicação dos dois únicos funcionários da Casa Senhorial, Dr. Carlos Pereira e Fátima Batista, aos quais se juntaram o Eng^o. Ricardo Rosário, Armando Cruz, Dra. Cristina Vicente e Dr. Fernando Costa, não esquecendo todos aqueles que trabalharam nos bastidores, nomeadamente, Paulo Santos, Luís Martins, Luís Saramago, António Rodrigues, Gonçalo Amaro, José Lopes, Eng^a Rute Silva, também eles funcionários da Câmara Municipal. Disse ainda que para dar corpo e vida “aos arrepios” contou-se com a participação de inúmeros voluntários, tais como José Lourenço, Rosa Pereira, Inês Pereira, Inês Colaço, Mafalda Flores, Ângela Meneses, Kate Batista, Alexandra Santos, José Valério Colaço e Maria do Carmo Colaço. Salientou que, com a boa vontade de todos, está provado que se conseguem fazer atividades, promover um programa lúdico e cultural de nível e do agrado de todos. Referiu ainda ser caso para dizer que “sozinhos podemos ir, acompanhados vamos mais longe”. -----

----- Continuando no uso da palavra referiu que poder-se-á dizer que a noite de arrepios não faz parte das tradições do concelho, o que é verdade, pois dessa tradição faz parte “o pão por deus ou o bolinho”, considerando no entanto, que estas tradições e muitas outras também compete às famílias transmiti-las e preservá-las no tempo, pois as escolas continuam a fazer o seu papel na transmissão das tradições portuguesas no sentido de as vincular e manter vivas, contudo muitas delas só podem ser mantidas vivas se as famílias assim o entenderem, pois muito do que “somos resulta da nossa casa”. Aditou que esta atividade não podia ser entendida como uma sobreposição às tradições existentes, mas também como a necessidade de acompanhar os tempos que correm e a evolução das diferentes sociedades.-----

----- Também sugeriu à Senhora Presidente e a todo o Executivo que desta intervenção fosse dado conhecimento a todos aqueles que participaram na citada atividade que envolveu muitas horas e noites de trabalho, tudo a troco de “um obrigada” e dos elogios que receberam à saída desta atividade, não esquecendo as filas existentes e os mais de quinhentos visitantes, assim como houve solicitações para que a atividade se repetisse. -----

----- **VEREADORA JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Reportou-se em primeiro lugar ao “6 de novembro” opinando que o mesmo foi dos mais participados dos últimos anos e fizeram-se as homenagens que deveriam ser feitas. Registou com agrado a participação dos riomaiorenses, opinando ser importante quando há um feriado municipal que os riomaiorenses se revejam nele, o

que aconteceu em todas as atividades realizadas. Para além da sessão solene que é a base do 6 de novembro destacou a realização do almoço dos idosos, em que estes aproveitam para conviver e confraternizar.-----

----- Seguidamente falou da política nacional e recordou que há quatro anos o País estava na falência, situação que se agravaria caso nada se fizesse e, provavelmente, os funcionários públicos já não receberiam salários, situação que por vezes é esquecida, questionando a propósito, o que a CDU teria feito, caso tivesse ido para o governo, provavelmente ter-se-ia regredido muitos anos, mas isso é algo que nunca se vai comprovar. -----

----- Referiu também que o Governo da Coligação PSD/CDS-PP também cometeu alguns erros, mas atualmente Portugal é um País respeitado internacionalmente, com a economia a crescer, o desemprego, estando em condições de entrar num novo ciclo, o que foi reconhecido pelo povo Português, pois a Coligação venceu com uma percentagem folgada e num ano cresceu 11%, enquanto o PS cresceu 1%. -----

----- Sobre o líder do PS disse que este já passou por vários cargos e nunca os cumpriu na totalidade, referindo que António Costa tem ânsia de poder, considerando que o que está a ser feito, apoiarem um partido que perdeu as eleições, em termos políticos é uma desonestidade, ou seja o Parlamento está a dizer que quem tem 32% deve governar e não quem tem os 28%, referindo que não tiveram coragem de dizer ao Povo que o iam fazer, caso o tivessem feito teriam outra legitimidade. -----

----- Diferente seria se tivessem feito uma coligação dos três partidos, mas também continuava a ser desonestidade política, pois também não tiveram coragem de dizer ao País que, depois das eleições, caso tivessem a maioria dos deputados fariam essa coligação, opinando que isso contribui para que as pessoas não acreditam na democracia. -----

----- Disse ainda ao Vereador Augusto Figueiredo que quem sempre fez as movimentações foi a CDU, dando o exemplo do dia em que o Governo caiu em que a CGTP levou pessoas para a manifestação a custo de crianças que ficaram sem ir à escola, questionando o que seria se o mesmo tivesse acontecido com uma manifestação da Coligação.-----

----- Ainda no contexto da política nacional salientou que a sua maior preocupação se prendia com os trabalhadores, que irão sofrer no futuro com este novo Governo, pois com a possibilidade de a CDU, na primeira oportunidade, tirar o apoio ao PS, isso refletir-se-á negativamente no País e, provavelmente contribuirá para que a abstenção aumente, porque não votaram naquela solução, não lhes falaram verdade, pois apoiam para governar, quem não ganhou as eleições.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio, começando por subscrever a intervenção feita pelo Vereador Lopes Candoso, mas dado a sua forma de estar, talvez demasiado legalista leu o artigo décimo sétimo do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal que diz que o Período Antes da Ordem do Dia, se destina ao “tratamento de assuntos gerais de interesse para o município” e cada Senhor Vereador tem direito a três minutos, salientando no entanto, que em democracia todos devem ser flexíveis.-----

----- Seguidamente felicitou a Sra. Presidente da Câmara pela forma como decorreram as cerimónias do “6 de novembro” e também deixou um agradecimento ao João Rebocho pela maneira assertiva como dirigiu as cerimónias que foram muito participadas, o que retrata que a população do concelho de Rio Maior, está com o Executivo Camarário, lamentando no entanto a ausência significativa dos deputados municipais na homenagem a Fernando Casimiro Pereira da Silva.-----

----- Continuando no uso da palavra deixou um agradecimento ao Sr. Arlindo Ferreira Henriques e Arquitecto José Amorim pelos trabalhos executados no Parque Desportivo Municipal e também pela disponibilidade demonstrada, solicitando que o mesmo lhe fosse transmitido.-----

----- Quanto ao livro sobre os Presidentes de Câmara informou que o 2º volume já começou a ser elaborado, opinando que o concelho de Rio Maior merece que alguém, nomeadamente os eleitos locais, se lembrem como é importante retratar a história, com tudo o que tem de bom e de mau e recordou que os acontecimentos do “Verão quente de 1975” foram um marco importante para o concelho, independentemente da análise que possa ser feita, mas são factos, assim como a moca é um símbolo também daqueles acontecimentos ocorridos em Rio Maior.-----

----- No que respeita à requalificação das Salinas informou que o processo fora presente a reunião de Câmara e informou que os Senhores Vereadores poderão consultar o mesmo nos serviços. Lembrou que a população não reagiu favoravelmente quando foi confrontada com a possibilidade de haver um novo traçado da estrada, razão pela qual se abandonou o mesmo. Salientou a prática usual na Câmara Municipal de Rio Maior, de informar a Câmara do andamento dos processos, contrariamente a outras Câmaras Municipais. Referiu também que cerca de setenta por cento da equipa que iniciou o primeiro estudo, já não fazem parte dos quadros do município.-----

----- Ainda no uso da palavra reportou-se ao aumento dos tarifários, pois nas redes sociais surgem diversas informações e todos são livres de se expressarem, mas lamentava que que não fossem responsáveis pelo que escreviam, pois em vez de informarem limitam-se a desinformar. Seguidamente fez o enquadramento de todo o

processo referindo a consulta obrigatória no caso de serviços públicas essenciais à entidade reguladora ERSAR, para emissão de parecer em conformidade. A Câmara Municipal de Rio Maior consultou também a DECO e a Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior.-----

----- A proposta de regulamento esteve em apreciação pública desde o dia dez de novembro de dois mil e catorze, até ao dia vinte e dois de dezembro de dois mil catorze, sendo disponibilizada para consulta no edifício dos Paços do Concelho e para abertura do período de apreciação pública, foi divulgado no seminário Região de Rio Maior, site da Câmara Municipal, por Edital no Edifício da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. Informou que os Editais continham a seguinte informação: período de discussão pública, locais de consulta, forma de apresentação de sugestões, reclamações ou pedidos e elementos disponíveis para consulta, salientando que tudo foi amplamente divulgado. -----

----- Sobre a “análise e ponderação das participações referiu que confirmados todos os meios possíveis de participação não se verificou nenhuma entrada, neste período, por parte dos cidadãos ou quaisquer outras entidades”. Disse ainda que foram rececionados dois pareceres da DECO e da ERSAR, depois da data e dado algumas sugestões que apresentaram, estas foram integradas no processo. Depois de toda a tramitação referida o Regulamento voltou a ser presente a reunião de Câmara e foi aprovado no dia 13 de março de dois mil e quinze e na Assembleia Municipal em 28 de abril.-----

----- Continuando no uso da palavra referiu que têm surgidos algumas reclamações, que põem em causa tudo o que está no regulamento, frisando que a Câmara cumpriu integralmente tudo o que está previsto na Lei, estando todo o processo devidamente documentado. Disse que toda esta explicação pormenorizada é no intuito de esclarecer aqueles que dizem que tudo foi feito clandestinamente e sem aviso.-----

----- Terminou a intervenção reportando-se às obras do “Ciclo Urbano da Água” e informou que no Arco da Memória estão executados cerca de sessenta por cento dos trabalhos, assim como na Vila da Marmeleira. Informou também, que o lote um do ciclo urbano da água está praticamente concluído e quanto ao lote dois já foram executados alguns troços de saneamento na cidade de Rio Maior.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre as questões da saúde informou que está agendada uma reunião com a Senhora Diretora do ACES, com os Presidentes das Juntas de Freguesia de Alcobertas, Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, Marmeleira e Assentiz, e Azambujeira e Malaqueijo, no intuito de encontrar uma forma de dar uma melhor resposta aos utentes, com os médicos afetos ao Centro de Saúde, sabendo que há

um médico que vai fazer atendimento à extensão de saúde de Alcobertas e um outro a S. João da Ribeira. Frisou que continua a trabalhar para que o sistema funcione em pleno.-----

----- Sobre a unidade hoteleira que manifestou intenção de se instalar nas Salinas informou tratar-se de um projeto que remonta ao ano dois mil e que entretanto não teve andamento. Ainda sobre este assunto referiu que sempre que tinha oportunidade, de estar com representantes da rede de hotéis salientava que Rio Maior, quer em termos de localização geográfica, quer em termos do turismo desportivo existente, poderia ser um bom lugar para investir nesta área. Referiu também que a taxa de ocupação das duas unidades hoteleiras existentes em Rio Maior, se deve em muito à Desmor e a toda a atividade desportiva existente, embora reconheça que uma das limitações existentes em Rio Maior é a capacidade para alojar quem visita o concelho.-

----- Quanto às comemorações do feriado municipal e sobre a memória escrita daquilo que é a história de Rio Maior e das suas gentes, disse que, sempre que pode, lança o desafio para que a memória coletiva não se perca, podendo posteriormente ser a Câmara a compilar tudo isso e a disponibilizar essa informação para as gerações futuras.-----

----- Ainda sobre o “6 de Novembro” também se congratulou pela forma como decorreram as comemorações e que muito dignificaram todo o Executivo, salientando a homenagem aos trabalhadores da empresa do grupo Joluso/Invepe, as cerimónias oficiais e o almoço dos idosos, deixando um agradecimento aos Presidentes de Junta de Freguesia que muito colaboram com a iniciativa,-----

----- Sobre a formação na CULT informou que foi o Eng^o Pedro Miguel que fez esta formação, enquanto gestor municipal de energia.-----

----- Quanto às questões da política nacional disse que se vive um momento especial na história política portuguesa e espera que quem assumir a pasta das autarquias locais perceba que é o conjunto dos trezentos e oito municípios que fazem o todo nacional e que os veja como os reais defensores do território e do País.-----

----- Disse ainda que o Vereador Augusto Figueiredo falara em nome individual, provavelmente porque não se revia naquilo que algumas Câmaras CDU fizeram, nome “desviaram” os autocarros municipais tendo as crianças ficado sem transportes escolares. Desejou que esta situação de impasse se resolva rapidamente.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA**-----

----- De novo no uso da palavra referiu que o processo das águas seguira todos os procedimentos exigidos na Lei, no entanto solicitava que se refletisse no seguinte: 1^o Sobre o aumento brutal do preço da água e todos os impactos que isso tem; 2^o- Infelizmente, mesmo em regulamentos fáceis a participação pública não acontece; 3^o -

que se perceba que este regulamento tecnicamente, não é de leitura fácil e oitenta por cento da população não tem facilidade de o entender, nas diversas tecnicidades que tem implícitas; pelo que solicitava que a Câmara não desistisse de tentar encontrar uma forma simples de explicar aos munícipes toda a situação. Disse ainda que, caso o assunto voltasse à Câmara, voltaria a aprovar, tendo em consideração o compromisso assumido, pois era uma necessidade absoluta ou correriam o risco de ser obrigados a fazê-lo, pelo Tribunal, como já aconteceu com outras autarquias. Saliu a importância de haver um esclarecimento à população sobre o regulamento das águas e de todas a sua envolvente.-----

----- Sobre Política Nacional disse que cada um dos partidos políticos e dos seus responsáveis deve avaliar a conduta que teve durante os tempos porque prepotência gera prepotência, intolerância gera intolerância, e desejou que o bom senso impere. ---

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Voltou a usar da palavra para dizer à Senhora Presidente, quanto à forma como decorreram as homenagens, que a Presidente foi a Presidente de todos os rio maiorenses e não a Presidente da sua área política, pois revelou uma grande nobreza de caráter quando distinguiu o Dr. Silvino Sequeira, assim como todo o Executivo, e, provavelmente, não foi um gesto fácil, mas as pessoas estão cansadas da mesquinhez, da chamada política baixa e com este gesto a Senhora Presidente e o Executivo fizeram alta política, naquilo que tem de mais nobre, fazendo o que tem de ser feito, ou seja “justiça nos atos”.-----

----- Voltou a perguntar sobre o livro da história de Rio Maior, questionando se vai avançar ou não, pois todos querem que a história seja escrita, mas a situação vai sempre sendo adiada, dado que um livro não está na ordem de prioridades, pois o mais importante é resolver o problema às pessoas nas áreas da educação, obras entre outros, mas se não se iniciar, rapidamente, criando um grupo de trabalho para recolher informação sobre a história dos Presidentes, a história económica social das associações, referindo que caso isso não seja feito, posteriormente, lamentar-se-á a situação. Disse ainda que o QCA “2020” aponta para projetos do imaterial, opinando que deverá haver uma forma de enquadrar um vasto projeto editorial para Rio Maior de valorização da história do Concelho.-----

----- Terminou a intervenção afirmando que raramente aborda questões de política nacional, no entanto não podia deixar de referir uma notícia da jornalista Fernanda Câncio intitulado “Cavaco de Rio Maior” e sugeriu que todos a lessem.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA ANTUNES FIGUEIREDO**-----

----- Informou o Vereador Daniel Pinto relativamente ao livro sobre a história do desporto que foi feito até à década de oitenta que o assunto embora não esteja

esquecido, no entanto tem de ser decidido se é constituído por um ou dois volumes, ou então, faz-se um volume englobando a história até ao ano dois mil, porque os dados que existem a partir da década de oitenta são muitos e falta registá-los com sequência lógica, daí não estar concluído.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- No âmbito da intervenção do Vereador Carlos Nazaré esclareceu que todos os munícipes que reclamaram estão a receber os devidos esclarecimentos por escrito.----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre “a defesa da honra”, dado o respeito democrático existente, referiu que deve ser apenas entendido como um artifício regulamentar que lhe permitia voltar a usar da palavra.-----

----- Seguidamente reportou-se à intervenção do Vereador Lopes Candoso e opinou que a política não se faz de “ses...” não sendo honesto, do ponto de vista intelectual, dizer “o que seria se a CDU fosse poder” e salientou que o são em trinta por cento do território nacional, e nunca de verificou qualquer hecatombe, onde a CDU tem Câmaras e Juntas de Freguesia.-----

----- Disse também que de facto quem ganhou as eleições foi a PAF, só que se esqueceu que foi com maioria relativa e o grande problema para alguns, é que estavam convencidos de que se tratava de uma eleição para primeiro-ministro e não é assim, pois a PAF teve trinta e oito por cento dos votos e os restantes partidos tiveram sessenta e dois por cento, sendo a novidade o facto do PCP ter sido leninista, ou seja, o mais importante foi acabar com a política vigente. Disse também que o seu discurso não era radical, mas sim, um discurso de fazer contas, pois está-se em risco e as figuras públicas, com responsabilidade têm de ter serenidade e lucidez para não se voltar a viver tempos de confrontação e crispação. Frisou tratar-se de um governo minoritário do PS que vai ter apoio parlamentar para a legislatura, o que vai depender da prática política do PS. Concordou com as afirmações feitas pelo Vereador Carlos Nazaré. -----

----- Referiu ainda que a Comissão de Utentes e Serviços Públicos é informal, não tem número de contribuinte, como já dissera e é composta por pessoas de todos os partidos políticos e não na sua opinião não se pode ver os utentes como um concorrente da Câmara, considerando que, quanto mais força se conseguir exercer sobre o Poder Central, tanto melhor, porque não é justo estar a pagar algo que não é da competência municipal.-----

----- Informou que foi nomeado, por eleição, para o Concelho Consultivo do Hospital Distrital de Santarém. -----

----- Rio Maior tem uma história no século XX de profundas transformações sociais,

absolutamente fascinante, salientando que teve mais de noventa tavernas legalizadas, uma zona de passagem, era uma albergaria, até à vinda dos mineiros, mas estes com história de trabalho notável, o caminho-de-ferro, com o 25 de Abril, com o “25 de Novembro”, mas com a alavancagem de forma diferenciada, da sua modelação estrutural relacionada com indústria de metalomecânica pesada, que tinha a ver com a produção agropecuária, tudo se transformou e há muitos anos foi pedido na Assembleia Municipal que houvesse um programa chamado “bibliotecas vivas”, e Rio Maior já perdeu verdadeiras bibliotecas vivas, nomeadamente, o Dr. Aguiar e chegara a sugerir ao Dr. Silvino para colocar uma estagiária com um gravador, porque há momentos, que nunca mais se repetem. -----

----- Referiu que hoje era um riomaiorense, embora não tenha nascido em Rio Maior e isso resultou da assimilação dessa cultura e dessa prática. Relevou a importância das escolas terem uma componente da identificação do concelho de Rio Maior, porque no futuro o que vai dar mais atrativo a Rio Maior é a diferenciação, é ser diferente, quer nas pessoas, quer nos meios, quer em tudo o resto. Portanto o POPH acabou, o 2020 está aí, havendo que aproveitar.-----

----- Terminou referindo que o direito de ir à manifestação de qualquer central sindical é um direito constitucional e referiu que não fora à manifestação porque não conseguira encontrar quem o substituísse nas aulas, mas é seu dever garantir as condições para que os seus alunos tenham aulas, pois se o não fizer, os pais também não podem ir às manifestações se quiserem ir.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Disse que nunca atacara a forma de governar da CDU no poder autárquico, mas considerava ser diferente de governar o País. Esclareceu que, quando falara no “se” é porque não tinha experiência da CDU no Governo e há quatro anos não lhe tinham apresentado um projeto credível, com uma solução alternativa para resolver os problemas do País. Por último disse que não quisera ser deselegante e não falara da experiência que tinha de alguém ligado ao PCP quando esteve no Governo, depois do 25 de Abril.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 71/2015, DE 05 DE NOVEMBRO- AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAR A VIA PÚBLICA, A FIM DE REALIZAR O EVENTO “PASSEIO DE JIPES E MOTOS T.T. SOLIDÁRIO”, EM NOME DE MOTO CLUBE DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º

71/2015, de 05 de novembro, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, pelo qual foi autorizada a utilização da via pública, do percurso assinalado em mapa, no dia 08 de novembro de 2015, pelas 08:30 h e fim, pelas 18:00 h, condicionada aos pareceres acima referidos, bem como autorizar a isenção do pagamento das taxas devidas, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 22º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO N.º 72/2015, DE 11 DE NOVEMBRO- DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE PARCERIA COM ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VITIMA.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 72/2015, de 11 de novembro, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, pelo qual declara o interesse do Município de Rio Maior, através da assinatura e envio da Declaração de Compromisso de Parceria, na formação de públicos estratégicos no domínio da violência doméstica e/ou prevenção da vitimização ou revitimização e, caso o projeto seja alvo de aprovação e financiamento, o Município de Rio Maior compromete-se indicar o número de colaboradores interessados em serem destinatários da formação promovida pela Associação Portuguesa de Apoio à Vitima.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável, relevando o trabalho desenvolvido pela APAV. Referiu também que assistiu-se nos últimos anos a uma permanente violência para com as mulheres e a formação para formadores para evitar este crime civilizacional é muitíssimo importante em todos os momentos.-----

----- Recordou o que está a acontecer no Brasil relativamente a um texto de Simone de Beauvoir e o que isso provocou relativamente aos direitos das mulheres. Aditou que este tipo de parcerias não só enobrecem quem as assina e as representa, mas poderão ser um elemento muito importante na formação das consciências dos novos tempos, pois existem sinais muito complexos que resultam da crise e dos problemas emocionais, chegando ao ponto de haver médias anuais de violência doméstica e de morte por violência doméstica, que são para si, enquanto homem, verdadeiramente aterradores e disse que votaria favoravelmente todas as propostas que permitam aumentar e melhorar as competências de cada um, para intervir na sociedade, como um direito mínimo de cidadania.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO II – ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO, S.A. – JUROS DE MORA – JULHO 2015**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar o compromisso, e consequente pagamento, das faturas números 2300000024, de 31/07/2015, no valor de €1.043,61, 2300000025, de 31/07/2015, no valor de €363,15 e 2300000032, de 31/07/2015, no valor de € 27,68, referentes a juros de mora aplicados no âmbito dos contratos de Fornecimento de Água e Recolha de Efluentes.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

--- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO III - ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO, S.A. – JUROS DE MORA – AGOSTO 2015**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar o compromisso, e consequente pagamento, das faturas números 2300000156, de 06/09/2015, no valor de €937,64, 2300000157, de 06/09/2015, no valor de €856,10 e 2300000158, de 06/09/2015, no valor de € 37,09, referentes a juros de mora aplicados no âmbito dos contratos de Fornecimento de Água e Recolha de Efluentes.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que as Águas do Oeste não cumprem perante o município de Rio Maior na área do saneamento e revelam prepotência no relacionamento com o município, independentemente de todo o esforço que a Câmara faz para cumprir as obrigações, opinando que a Câmara Municipal de Rio Maior merecia uma outra atenção por parte da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, sendo o voto contra um sinal desse desagrado.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que se sentia completamente enganado pelas Águas do Oeste, pois aprovara na Assembleia Municipal uma proposta para o benefício de Rio Maior e isso resultou em tirar dinheiro ao município e não prestar serviços. Questionou se a nova empresa baixou o valor da venda da água, considerando o compromisso assumido. ---

----- Referiu que o município não devia esquecer os compromissos das Águas do Oeste relativamente ao setor das águas, com a agravante de prejudicar as populações e o meio ambiente e ainda o facto de haver juros a pagar sobre serviços que não foram prestados, apesar de compreender que, se o município não pagar, tudo se

complica.-----
----- Disse ainda que a CDU vai solicitar uma reunião com esta entidade dado que estão a prejudicar o município e os munícipes, e querem ser uma forma de pressão na tentativa de resolução de um assunto que continuaria a acompanhar.-----
----- Seguidamente e quanto ao preço da água referiu que da auscultação que fez ninguém discute a legitimidade do regulamento, pois os procedimentos normativos foram cumpridos, estão sim, contra o súbito aumento do preço da água, considerando que durante oito anos, não houve aumentos, surgindo agora de uma única vez, o que poderia ter sido faseado, significando também que o Executivo não cumpriu com o determinado pela ERSAR, ou seja aumentar de acordo com a inflação.-----
----- Esclareceu ainda que o “abaixo-assinado” da Comissão de Utentes é uma carta dirigida à Senhora Presidente, a solicitar compreensão para este modelo não pesar tanto e referiu a redução já verificada no mês a decorrer, mas provavelmente haverá que encontrar novas soluções para novos casos.-----
----- Opinou que os bens essenciais como a água não podem ser privados têm de ser de gestão pública e públicos e deu o exemplo de Ourém onde vão surgir problemas na hotelaria, com uma pesada fatura. Disse ainda que iria votar contra como sinal político e está disponível para pressionar as Águas de Lisboa e Vale do Tejo,S.A.-----
----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----
----- Disse que ao analisar-se a fatura, o aumento que se verifica nos resíduos e no saneamento é superior ao aumento do custo da água. Salientou que ninguém se preocupou enquanto o município suportava, em média, cem mil euros de prejuízo mensal com águas, saneamento e recolha de resíduos. Referiu que nos Executivos Presididos por Isaura Morais o município de Rio Maior teve de pagar às várias entidades (ValorSul, Águas do Oeste Suma, etc), cerca de sete milhões de euros para que todos os riomaiorenses residentes no concelho de Rio Maior usufrísse de parques verdes bem cuidados, uma boa limpeza urbana, recolha de lixo a funcionar em pleno e água de qualidade. Disse ainda que quando há incumprimentos por parte das Águas do Oeste o município de Rio Maior também tem neste processo um “calcanhar de Aquiles” pois está contratualizado que são os pontos de entrega e lamentou que, há época, se pensasse que iria ser bom para o concelho, verificando-se ao longo do tempo que tudo quanto era investimento na água foi feito, tudo o que dizia respeito ao saneamento não avançou, a não ser a colocação de medidores de caudais reais, antes das estações de tratamento. Referiu ainda que os municípios do Oeste nunca foram solidários no sentido de tomar uma posição conjunta, resultando que, com a fusão, neste momento não se está a conseguir contactar ninguém da nova empresa que tem uma sede na Guarda e outra em Beja.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Opinou que o Executivo devia encontrar formas de ultrapassar esta questão que muito prejudica os riomaiorenses, aproveitando para questionar a razão política para a Câmara Municipal não ter aumentado os tarifários de acordo com a inflação.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Informou que em dois mil e onze o município de Rio Maior, de acordo com o que estava previsto pelo ERSAR apenas baixou o preço por tonelada de lixo, Referiu que nunca ouvira uma Comissão de Utentes insurgir-se contra o aumento da eletricidade, das telecomunicações, contra o aumento do tabaco ou do café e a Câmara só faz o corte por falta de pagamento em último caso. Disse ainda que, a autarquia com os valores que vai receber a mais, fará investimentos no Concelho, e salientou que, só para se fazer um estudo sobre a redução das perdas na parte Sul do Concelho, custa a módica quantia de seiscentos mil euros.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que a Câmara Municipal é responsável por não ter aumentado a tabela nos anos anteriores, mas isso aconteceu porque esperava que se passasse o que se passou com o tratamento dos resíduos, pois pagava a quarenta euros a tonelada na Resioeste e fora possível reduzir para metade quando se criou a Valorsul, com o envolvimento dos municípios, julgando-se que ao nível das águas era possível fazer o mesmo.-----

----- Aditou que a Câmara Municipal de Rio Maior teve alguma contenção na atualização dos tarifários, pois esperava que progredisse a intenção de haver um preço da água universal a nível nacional. Disse ainda que, como se podia utilizar as águas dos furos que a Câmara Municipal foi obrigada a fazer por atraso dos investimentos das Águas do Oeste, e o município não via necessidade de estar a sobcarregar os munícipes de Rio Maior, só que repentinamente as Águas do Oeste cumpridoras da Lei, naquilo que lhe diz respeito, e Rio Maior passa a utilizar quase em pleno as águas faturadas por esta empresa, vendo-se assim confrontado com uma situação de vender a água quase a metade do preço do que a compra.-----

----- Salientou que a Câmara tem que fazer os investimentos necessários para que haja eficiência na gestão da água e solicitou que não se desista do contencioso que tem que interpor com as Águas de Portugal na defesa dos interesses da Câmara Municipal de Rio Maior.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO FIGUEIREDO** -----

----- Disse que houve uma parte de incumprimento dos investimentos por parte das Águas do Oeste e o Município por sua vez não recebeu os pontos de entrega, nessa altura o PS, quando os acordos foram assinados foi criada uma expectativa altíssima,

no âmbito da construção do aeroporto de Ota, tendo sido acordado que os municípios que não ficaram com o aeroporto iriam beneficiar de retornos equivalentes, opinando que tudo isto era não só o negócio da China, mas uma SUOP, uma especulação, pois é fazer negócios para todos pagarem em pressupostos condicionais.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que também era utilizadora deste serviço que a Câmara presta e concorda com o tema do abaixo-assinado que é “a água deve ter um preço justo” e nessa lógica, todas as reclamações apresentadas terão uma resposta. Disse ainda que não consegue quantificar o número de esclarecimentos e atendimentos que fez sobre esta matéria, assim como os serviços municipais. Aditou que todos têm o direito de se manifestar, mas também têm o dever de ouvir.-----

----- Disse ainda que antes da atualização do tarifário, com cerca de onze mil utilizadores, a Câmara suporta um custo médio por utilizador/contador, por ano, dos três serviços de trezentos e setenta euros. A receita média de utilizador/contador, dos três serviços é cerca de duzentos e cinco euros.-----

----- Referiu que a medida que foi tomada não foi uma posição política, mas sim de gestão, pois para além da responsabilidade é a legislação que obriga a não poder vender um serviço a preço mais baixo do que aquele que o adquirimos. Frisou que quem tem a responsabilidade da gestão é o Executivo e este setor representa cerca de vinte por cento do orçamento municipal, mais o investimento que é necessário fazer para os três serviços.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com **três votos contra** dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida, subscrita pelos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votámos contra esta proposta, não pela legalidade dos juros de mora, mas pela falta de consideração que estas entidades têm tido pela Câmara Municipal de Rio Maior, porque efetivamente e não cumprem os compromissos que têm coma Câmara Municipal de Rio Maior”-----

----- **PONTO IV – COLOCAÇÃO DE PAINEL PUBLICITÁRIO EM NOME DE JOÃO ALEXANDRE FIALHO – PROCESSO Nº 2015/1922** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é deferir o pedido de instalação de publicidade, no Casal do Alexandre – Alto da Serra, junto à EN1, condicionado aos pareceres emitidos pela Unidade de Urbanismo, Planeamento e

Ordenamento do Território e Infraestruturas de Portugal, SA.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO V – COLOCAÇÃO DE PAINEL PUBLICITÁRIO EM NOME DE RIOSARA, COMÉRCIO INTERNACIONAL, LDA.- PROCESSO Nº 2015/2608** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é deferir o pedido de instalação de publicidade, na ER361, Estrada de Alcanede, junto ao cruzamento do Repolho, condicionado aos pareceres emitidos pela Unidade de Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território e Infraestruturas de Portugal, SA.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM CASAL DO MOINHO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZAMBUJEIRA E MALAQUEIJO, EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO & GRAÇA FIGUEIREDO LOPES – SOCIEDADE DE SOLICITADORES RL – PROCESSO Nº 243/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Casal do Moinho, na União das Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo, inscrito na matriz sob o artigo 29 da Secção C, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM VALADOS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZAMBUJEIRA E MALAQUEIJO, EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO & GRAÇA FIGUEIREDO LOPES – SOCIEDADE DE SOLICITADORES RL – PROCESSO Nº 244/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o

prédio rústico, sito em Valados, na União das Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo, inscrito na matriz sob o artigo 65 da Secção C, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o actual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII – VISTORIA DE SALUBRIDADE NA RUA LATINO COELHO, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR – PROCESSO Nº 153/2015** ----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é notificar o proprietário do prédio, sito em Rua Latino Coelho, para no prazo de 90 dias proceder à pintura do edifício de modo a torna-lo esteticamente apresentável.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX – VISTORIA DE SALUBRIDADE NA RUA MANUEL SEQUEIRA NOBRE, Nº 10, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE S. JOÃO, EM NOME DE CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR – PROCESSO Nº 154/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é notificar a proprietário do prédio, sito em Rua Manuel Sequeira Nobre nº 10 em S. João da Ribeira, para no prazo de 60 dias proceder à demolição parcial do edifício, a qual engloba parte da cobertura de encosto com o prédio vizinho e respetivo ripado e parede de assentamento, devendo ainda proceder a recuperação da parede/muro de encosto ao prédio vizinho. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X – VERBAS A TRANSFERIR PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS - ANO LETIVO 2015/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a transferência de verbas no valor de 2.641,26 (dois mil, seiscentos e quarenta e um euros e vinte e seis cêntimos), para o Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal, destinadas à

aquisição de material didático, tinteiros e outros e a celebração da adenda ao protocolo firmado entre o Município e os Agrupamentos de Escolas Marinhas do Sal e Fernando Casimiro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que estas transferências são resultado do protocolo assinado em dois mil e oito/dois mil e nove relativo a transferências para aquisição de material didático e de desgaste. Têm sido feitas, de há dois anos a esta parte, mediante apresentação do balancete, pelos agrupamentos de escolas, em como foi efetivamente gasto. Aditou que, como se pode ver nos documentos, o Agrupamento Fernando Casimiro gastou a módica quantia de duzentos e dezassete euros e referiu que este estava de parabéns pela forma como está a gerir, pois decidiram constituir o economato em que todo o material está centrado na escola sede e podem controlar tudo o que é requisitado e consumido e assim fazer uma boa gestão das verbas que são transferidas. Aditou que o Agrupamento Marinhas do Sal distribui a verba pelas diferentes salas e estas gerem da forma que entendem.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Salientou o facto de a Câmara permitir, apesar do agrupamentos não ter utilizado a verba que lhe estava adstrita, que possa fazer a sua intervenção numa outra área. Disse ainda que os centros de custos obrigatórios e o controle das entradas e saídas de material e a responsabilização ao segundo, da quantidade e da escolha do melhor, é um dos elementos decisivos para a eficiência não só na escola e nos agrupamentos, mas em todas as instituições, afirmando que muito já se fez, mas muito se pode ainda fazer no sentido de gerir de forma cada vez mais eficaz e com o menor desperdício possível.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e vinte minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____